

# CONTAS EM DIA: MINAS GERAIS ALCANÇA EQUILÍBRIO FISCAL DAS CONTAS PÚBLICAS PELA PRIMEIRA VEZ EM NOVE ANOS



Pela primeira vez, em nove anos, o Estado de Minas Gerais apresenta equilíbrio fiscal nas contas públicas. O dado consta do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), que será publicado neste sábado (29/01), com as receitas e as despesas dos últimos doze meses. No período, a receita arrecadada foi de R\$ 128.995.497.417 e a despesa executada de R\$ 128.891.804.747, gerando saldo de R\$ 106.692.670, o que reflete os esforços da administração na gestão responsável das finanças, no aumento da arrecadação, sem elevação da carga tributária, e na redução de despesas.

O déficit acumulado desde o exercício de 2013 somou R\$ 47,7 bilhões. O último resultado positivo foi verificado em 2012, quando o superávit apurado foi de R\$ 2,076 bilhões. Nos anos seguintes, as contas seguiram negativas e, em 2019, a atual gestão assumiu o déficit executado em 2018, de R\$ 11,2 bilhões, além de pagamentos em atraso com servidores, fornecedores e municípios.

As ações voltadas ao corte de gastos desnecessários e às melhorias na gestão das despesas, aliadas ao crescimento da receita, possibilitaram que o Estado alcançasse o equilíbrio fiscal, como mostra o relatório. Foi possível, ainda, garantir o acerto de débitos e atrasos com servidores e municípios, por exemplo, bem como o aprimoramento na prestação de serviços e o alcance de resultados positivos no balanço de diversas áreas do Governo, com impacto direto na vida da população de Minas Gerais.

Também contribuíram para esse resultado o aumento de R\$ 17 bilhões da Receita Tributária, a venda da folha de pagamento dos servidores que atingiu R\$ 1,3 bilhão acima do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), o aumento de R\$ 3 bilhões nos repasses do governo federal, entre outros.

## Desafios

Os esforços, agora, são para manter o cenário de equilíbrio e evoluir na prestação de serviços, ressalta a secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Luísa Barreto. *“Estamos satisfeitos com esses números, que refletem o nosso compromisso com a população de Minas Gerais, mas temos muito trabalho pela frente para sustentar esse cenário e melhorar ainda mais a prestação de serviços e o desenvolvimento do Estado”*, afirma.

A secretária explica que para consolidar de forma segura o equilíbrio das contas públicas é fundamental a adesão de Minas ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que aguarda a apreciação de projeto autorizativo em tramitação com urgência na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

*“A não ser que haja alguma outra decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) ou do governo*

*federal, a não adesão significaria a necessidade de desembolso de recursos que dificultariam a sustentação dos nossos compromissos atuais e impediriam medidas como a recomposição salarial para os servidores públicos e outras ações importantes para o desenvolvimento do Estado e a prestação de serviços”, considera Luísa Barreto.*

Para o secretário de Fazenda, Gustavo Barbosa, além da adesão ao RRF, é imprescindível a privatização da Codemig. O dinheiro obtido com a venda da estatal é considerado fundamental.

*“Estamos tratando as contas públicas de Minas com seriedade e eficiência, mas ainda precisamos avançar no equacionamento de dois passivos importantes: a dívida com a União e os restos a pagar. Isso só será possível com a adesão de Minas ao RRF e com a venda da Codemig”, reforça Barbosa.*

Apesar do resultado positivo, o Estado segue no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o que impede a concessão de reajuste salarial para os servidores.

## **Avanços**

Paralelamente ao trabalho para equilibrar as contas, o Governo de Minas redobrou os esforços para quitar compromissos que não haviam sido honrados anteriormente. Pela primeira vez depois de seis anos, os servidores do Estado receberam o 13º salário pago integralmente, sem atrasos e sem parcelamento. A gestão também colocou em dia o pagamento dos salários dos funcionários.

Apesar da grande dificuldade financeira, o Governo conseguiu ainda repassar recursos em atraso para cidades, reformar mais de 1,3 mil escolas e atrair R\$ 189 bilhões em investimentos, gerando emprego e renda para os mineiros, entre outras ações.

Outra importante iniciativa é o planejamento para a quitação do passivo de férias-prêmio convertidas em espécie, no valor de R\$ 701 milhões - medida que beneficia cerca de 25 mil servidores. O pagamento havia sido suspenso pelo governo anterior, em 2015, e foi retomado em setembro de 2021.

As medidas de austeridade adotadas também possibilitaram, em 2021, a assinatura de acordo entre o Estado e a Associação Mineira de Municípios (AMM) para o pagamento da dívida de R\$ 6,7 bilhões relacionada a repasses da verba de saúde às cidades e a demais instituições.

O pagamento será feito em 98 parcelas, sendo que R\$ 400 milhões foram quitados em 2021, R\$ 400 milhões serão pagos no primeiro semestre de 2022 e o residual em 96 parcelas mensais consecutivas a partir de outubro do próximo ano.

Em abril de 2019, no início da gestão, o governador Romeu Zema já havia firmado o compromisso de pagar aos 853 municípios mineiros R\$ 7 bilhões em recursos relativos a repasses do ICMS, do IPVA e do Fundeb. Deste total, R\$ 6 bilhões eram débitos deixados pela administração passada, relativos aos anos de 2017 e 2018.

A partir da contenção de gastos foi possível dar mais um passo para o reequilíbrio das contas estaduais: em agosto deste ano, o Estado fechou acordo com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para devolver à população os recursos referentes aos depósitos judiciais retirados pelo Executivo em 2015, por meio da Lei Estadual 21.720, declarada inconstitucional pelo STF no ano passado.

Ao todo, foram sacados R\$ 4,8 bilhões, mas o Estado irá restituir R\$ 7,5 bilhões, considerando a correção monetária e as tarifas devidas ao TJMG. A quitação será feita em 72 parcelas, que

começaram a ser pagas a partir de janeiro de 2022.

Foto: Divulgação

<https://jornalpanfletus.com.br/cp3.masterix.inf.br/noticia/2593/contas-em-dia-minas-gerais-alcanca-equilibrio-fiscal-das-contas-publicas-pela-primeira-vez-em-nove-anos-em-28/06/2026-03:36>